

Ministério do Meio Ambiente



consumo
sustentável

A gente faz acontecer

PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPCS

SUMÁRIO EXECUTIVO

República Federativa do Brasil

Presidente: Dilma Rousseff

Vice Presidente: Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Izabella Teixeira

Secretário Executivo: Francisco Gaetani

**PLANO DE AÇÃO PARA
PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS - PPCS**

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL - SAIC

Secretária: Samyra Crespo

Chefe de Gabinete: Aldenir Paraguassú

Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis

Diretora: Ana Maria Neto

Coordenação Técnica

Samyra Crespo

Laura Valente de Macedo

Equipe Técnica

Ana Carolina Mendes dos Santos

Carla Aparecida Magalhães Carsten Braga de Miranda

Fernanda Altoé Daltro

Gustavo de Oliveira e Silva

Marcelo Aníbal Hasbani

Rivaldo Pinheiro Neto

Vana Tércia Silva de Freitas

Membros do Comitê Gestor 2008-2011

Ministério do Meio Ambiente - coordenação

Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério de Minas e Energia

Ministério das Cidades

Ministério da Fazenda

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE

Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI

Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Instituto Ethos

Confederação Nacional do Comércio – CNC

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES

PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS - PPCS

Sumário Executivo

Brasília, DF

23 de novembro de 2011

Consumo Sustentável é “o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações”.

Produção Sustentável é a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem preventiva melhore a competitividade das empresas e reduza o risco para saúde humana e meio ambiente. Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana.

**Processo de Marrakesh - Programa das Nações Unidas
para o Meio Ambiente - PNUMA (2003)**

Índice

Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil.....	9
Missão, Princípios, Diretrizes e Objetivos do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil	10
1. Temas Prioritários.....	12
2. Tipologia de Ações	13
3. Mecanismos e Ferramentas	14
4. Estratégia para Implementação	15
5. Metas Síntese do Primeiro Ciclo de Implementação	17
6. Metas e Ações	18
7. Ações em curso em 2011	22
8. Monitoramento	32
9. Conclusões e Próximos Passos	33



Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil

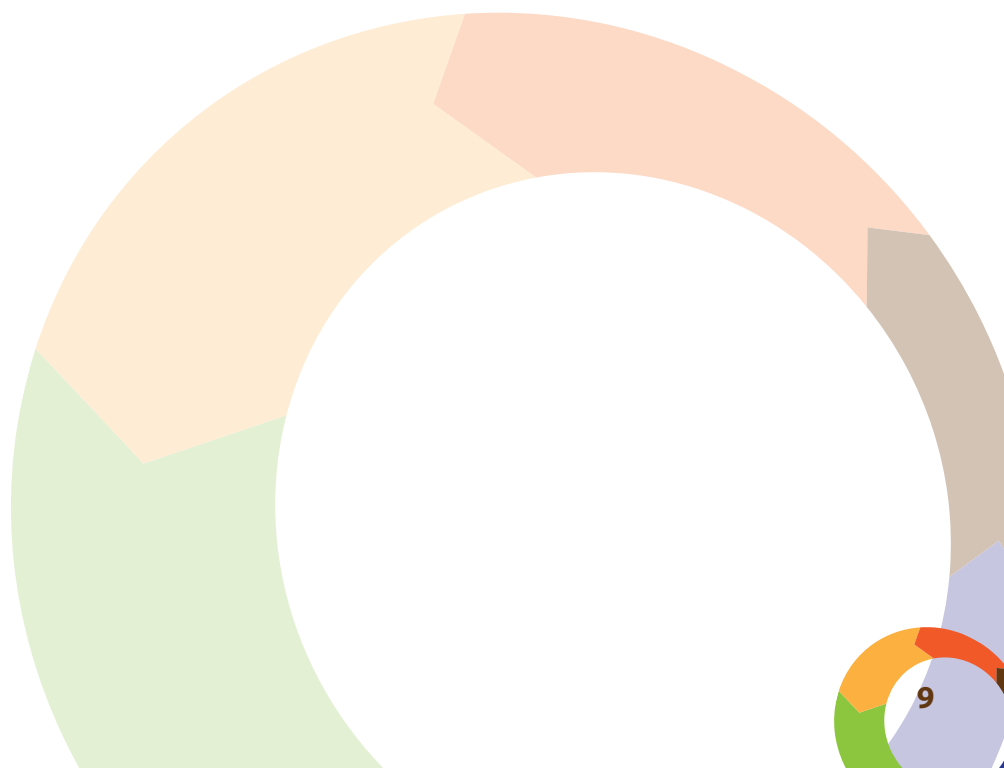
Este Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) propõe-se como um mapa do caminho, construído com a sociedade, para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável por meio de ações de produção e consumo sustentáveis. O PPCS será coordenado e monitorado pelo governo, mas não se concretizará sem a participação de todas as partes interessadas. As ferramentas existem, estão ao alcance e o governo se dispõe a colocá-las a serviço da sociedade como um todo, liderando pelo exemplo em sua implementação.

O PPCS será sempre uma obra em progresso, com revisões e correção de rumo constantes à medida que seus objetivos e metas forem alcançados ou reavaliados. Mas será também um farol para indicar esses rumos, com um olhar para o futuro.

Essa construção baseia-se em experiências de sucesso realizadas ou em curso, ações concretas, vontade política e espírito de colaboração no presente; constitui-se no cenário desejado a partir do possível. Ao mesmo tempo, mantém o olhar atento para as tendências menos conhecidas, que hoje parecem ousadas ou distantes da realidade brasileira, mas que em breve se tornarão voz corrente, orientadoras de práticas cotidianas para o setor produtivo, para empreendedores e cidadãos consumidores.

Esta versão para gestores públicos resume os pontos mais importantes do Plano respeitando a estrutura da versão integral, de forma a facilitar sua leitura rápida. O Plano na íntegra, com os anexos contendo documentos que consubstanciam suas análises, propostas e conclusões, encontra-se disponível eletronicamente, no site www.consumosustentavel.gov.br.

Também é possível obter uma cópia em CD por meio de pedido por escrito endereçado ao Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SAIC/MMA).



Missão, Princípios, Diretrizes e Objetivos do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil

MISSÃO

A **missão** do PPCS é fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no País voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria e ao desenvolvimento sustentável, e, com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh. Desta forma, contribuirá também para as mudanças de padrão de produção e consumo, rumo a uma economia de baixo carbono, que garantam a sustentabilidade das sociedades humanas em harmonia com o Planeta.

PRINCÍPIOS

Dada sua natureza transversal, os princípios do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis - PPCS são compatíveis com aqueles expressos em políticas nacionais estruturantes e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, voltados para temas afins, como erradicação da miséria, proteção climática, gestão de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos, combate à desertificação e proteção da biodiversidade, entre outros. Este Plano, portanto, norteia-se pelos seguintes princípios:

- **Do desenvolvimento sustentável**
- **Da responsabilidade compartilhada**
- **Da liderança governamental por meio do exemplo**
- **Da precaução**
- **Da prevenção**
- **Da participação da sociedade civil e transparência**
- **Da cooperação**
- **Da educação ambiental**

DIRETRIZES

As ações no âmbito do PPCS devem idealmente incorporar a (e beneficiar-se da) influência recíproca que existe entre produção e consumo, levando em conta os limites físicos e biológicos que a natureza impõe e os valores éticos que informam a cultura da sustentabilidade.

- Devem considerar tanto o sistema produtivo em si, como o sistema institucional-regulatório que o sustenta: infraestrutura, tecnologia, instrumentos econômicos e regulatórios.
- Considerar os impactos do PPCS sobre o mercado de trabalho e os requisitos da definição de “empregos verdes” da OIT; Colocar o conceito e os requisitos de empregos verde. (Eu tenho mas é da UNEP)
- Ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional visando à mudança de comportamento;
- Integração dos planos de PCS com outros programas e planos nacionais, como por exemplo, aqueles voltados à mudança do clima, à redução da pobreza, à questão energética e ao uso da água e do solo;
- Identificação, valorização e explicitação das conexões entre as principais políticas, programas e planos nacionais;
- Identificação de ações existentes em todo o Brasil, que, por suas características, possam vir a compor e enriquecer o PPCS;
- Identificação de sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas no âmbito nacional e internacional, de modo a contribuir com

- o processo internacional e com a sustentabilidade no plano global;
- Envolvimento amplo da sociedade brasileira no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor e seus grupos de trabalho, quanto por meio de outras organizações e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- Observar a variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais, dentro do próprio País;
- Levantar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções da Biodiversidade e do Clima, bem como as demais que afetem direta ou indiretamente as prioridades eleitas pelo PPCS.

OBJETIVOS

O **objetivo primordial do PPCS** é fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Os **objetivos gerais** do PPCS são:

1. **Fomentar** no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;
2. **Integrar** a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O **objetivo específico** deste Plano de Ação é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

1. Temas Prioritários

O PPCS identificou seis prioridades dentre os 17 temas relacionados pelo Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis em 2009¹. Essas prioridades são:

- Educação para o consumo sustentável
- Compras públicas sustentáveis
- Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P
- Aumento da reciclagem de resíduos sólidos
- Varejo sustentável
- Construções sustentáveis

Educação para o consumo sustentável – Para conceber e colocar em prática instrumentos como pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros; para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento por parte da população em geral;

Compras públicas sustentáveis – Para impulsionar a adoção das compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública, nas três esferas de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliarem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades compatíveis com a economia verde (*green economy*) ou de baixo carbono;

Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P – Para consolidar a A3P como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo;

Aumento da reciclagem de resíduos sólidos – Para incentivar a reciclagem no País, tanto por parte do consumidor como por parte do setor produtivo, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e da logística reversa, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); neste quesito cabe também incentivar a indústria da reciclagem com inclusão social (inserção dos catadores);

Varejo sustentável – Para discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade nas suas operações e o seu papel na promoção do consumo sustentável por meio de ações condizentes com as premissas e objetivos do PPCS;

Construções Sustentáveis – Para induzir o setor da construção civil – incluindo o de infraestrutura, como rodoviária e portuária, entre outras – a adotar práticas que melhorem o *desempenho socioambiental*, desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana.

¹ O Comitê Gestor identificou um conjunto de 17 temas prioritários para estruturar as ações do PPCS. Os outros temas que serão incorporados em ações do PPCS, seja por meio de integração com as prioridades selecionadas, seja na constituição de Forças Tarefa são: Integração de políticas em PCS; Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS; Inovação e difusão de tecnologias em PCS; Desenvolvimento de indicadores em PCS; Divulgação e capacitação em PCS; Agricultura e pecuária sustentáveis; Fomento a produção e consumo sustentáveis; Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia; Rotulagem e análise do ciclo de vida; Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis; Estímulo à criação e expansão de negócios / mercados com inclusão social e menor impacto ambiental.

2. Tipologia de Ações

Ações Governamentais (AG): Iniciativas conduzidas sob a liderança e a coordenação técnica dos Ministérios do Governo Federal e de outros entes públicos, como agências e autarquias, empreendidas com recursos públicos do Orçamento da União ou dos Estados e Municípios, ou de empresas ou bancos estatais - e que representem uma contribuição direta às prioridades do PPCS.

Ações de Parceria (AP): iniciativas conjuntas entre o setor público e o setor privado e/ou sociedade civil organizada, com recursos mistos (aportes públicos e privados), sob coordenação ou monitoramento conjuntos. Embora guardem certa autonomia de execução ou desempenho em relação ao Governo, de modo a fazer parte do PPCS oficialmente, estas ações devem contar com mecanismos de monitoramento público – como relatórios anuais e outros cabíveis, de acordo com a característica da iniciativa.

Iniciativas Voluntárias (IV): Iniciativas empreendidas sem aporte de recursos governamentais, pelo setor privado, ou por organizações da sociedade civil, em execução ou previstas para o período do Plano, planejadas como contribuição direta para se atingir prioridades do PPCS. Podem ser ações de empresas desenvolvidas individualmente, em grupo ou setor, neste caso representado por alguma associação empresarial ou entidade da sociedade civil. Para integrar o Plano oficialmente, a iniciativa deve observar os critérios de transparência que incluem relatórios anuais e metas monitoradas - por agente externo à empresa ou organização.

Pactos Setoriais (PS): pactos efetuados entre associações representativas de diferentes cadeias do setor produtivo e o Ministério do Meio Ambiente, estabelecendo compromissos voluntários ou vinculantes. Os pactos visam promover a produção, o uso e o consumo sustentável e o descarte correto de produtos ou serviços específicos – claramente significativos na redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental já detectado. São compromissos construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como seus instrumentos de monitoramento. Nesses pactos ou acordos, o governo é necessariamente parte integrante e constitutiva, participando ativamente do monitoramento.

Forças-Tarefa (FT): são esforços concentrados para as prioridades do Plano que ainda não possuem ações concretas em andamento, sem cronograma de desenvolvimento estabelecido, nem recursos ainda destinados. Para manter similaridade com a estrutura internacional do Processo de Marrakesh (PM), são denominadas Forças-tarefa. Seu objetivo é criar condições para que as prioridades já indicadas pelo Comitê Gestor até o final do 1º ciclo do Plano possam se converter em ações concretas.

Essas ações são dinâmicas, na medida em que podem migrar de uma tipologia para outra, dependendo da escala, evolução e atores envolvidos ao longo do tempo. Com o estabelecimento de metas no âmbito dessas ações, torna-se possível verificar o progresso do Plano como um todo. O plano de monitoramento das ações será desenvolvido no primeiro ano do ciclo 2012-2014 do PPCS.

3. Mecanismos e Ferramentas

- **Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável - Portaria MMA 44/08**
- **Fórum Anual do PPCS**
- **Portal PPCS - www.consumosustentavel.gov.br**
- **Rede de Produção e Consumo Sustentáveis para a América Latina e Caribe – RedPyCS**
- **Rede Brasileira de Produção e Consumo Sustentáveis (Rede PPCS Brasil)**
- **Pesquisas e estudos**
- **Acordo com o PNUMA - Brasil**
- **Diálogos Setoriais**

4. Estratégia para Implementação

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis foi estruturado para potencializar e dar escala a ações já existentes, além de fomentar outras em vias de implementação, indicando novas ações estratégicas no eixo de cada prioridade apontada, a serem efetivadas no primeiro ciclo de sua implementação, de 2011 a 2014.

O *primeiro pilar* da estratégia, portanto é o estabelecimento de ciclos curtos de implementação e de revisão, a cada quatro anos.

O *segundo pilar* da estratégia é vertebrar ações existentes que já vêm sendo implementadas por vários órgãos da administração pública como também do setor privado, além de organizações não governamentais. Assim, o PPCS busca organizar e valorizar essas ações bem, como aumentar o seu número e qualidade.

O *terceiro pilar* da estratégia está em reconhecer o grande e exitoso esforço do setor privado na melhoria das suas operações, no fornecimento de produtos mais sustentáveis e em iniciativas, a maior parte delas voluntárias e sem a inversão de recursos governamentais, em práticas que guardam total afinidade com o Plano de Ação.

O *quarto pilar* da estratégia é reconhecer o princípio da exemplaridade e promover ações em que o Estado, por meio de suas agências de governo e da sua massa de servidores, se engaje em práticas mais sustentáveis, consolidando no País uma base normativa sólida sobre a adoção da agenda socioambientais na gestão e na realização de compras governamentais com critérios socioambientais definidos.

O *quinto pilar* da estratégia é o reconhecimento de que a ênfase do Plano deve ser em consumo sustentável neste primeiro ciclo. Por duas razões simples: primeiro, porque

se a responsabilidade sobre “limpar” ou “descarbonizar” a produção recai sobre as empresas e em parte sobre o Governo, a responsabilidade de como promover novos padrões de consumo não recai sobre nenhum ente em particular, aparecendo na maioria dos planos de ação e nas políticas públicas em geral como “dever de todos”.

O *sexto e último pilar* da estratégia está em buscar sinergias diretas e verificáveis com as duas principais políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, como a PNMC e a PNRS, elegendo prioridades que estão sob a governabilidade do Ministério do Meio Ambiente e de seus parceiros estratégicos. Ao eleger as prioridades e indicar as ações, levou-se em conta o grau de maturidade de cada uma, optando-se por estabelecer somente aquelas que já possuem recursos e implementadores definidos.

ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia aqui delineada em seus pontos principais será melhor implementada levando em consideração três etapas, dentro do ciclo de quatro anos:

Etapa 1 – Disseminação do conceito de Produção e Consumo Sustentáveis e do PPCS. Objetivo maior: Tornar o plano conhecido pela sociedade brasileira e disseminar o conceito de PCS, de maneira a sensibilizar o consumidor final, engajar o consumidor institucional em ações exemplares e garantir a adesão de todos.

As ações para promover esse engajamento são:

- a. Firmar parcerias com atores institucionais de grande poder convocatório no território nacional, a fim de garantir a capilaridade dos conceitos do PPCS;
- b. Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação (incluindo pesquisa junto à população brasileira sobre hábitos de consumo e outros temas do PPCS);
- c. Gerenciar o Portal interativo do PPCS e produzir conteúdo para diversos veículos de comunicação de massa.

Etapa 2: Ampliação do alcance do PPCS. Objetivo maior: aumentar o número de ações do PPCS em suas prioridades, nos setores público e privado.

- a. Discutir com os gestores federais em diferentes órgãos sobre as ações e metas do PPCS que possam interagir com as políticas setoriais, em complementação ao cumprimento de suas metas previstas no PPA 2012-2015;
- b. Discutir iniciativas conjuntas e acordos para o próximo período.

Etapa 3: Capilarização do PPCS. Objetivo maior: discutir propostas de ação com a base da sociedade e os governos locais, visando sua revisão em 2014. Engajar estados e municípios de modo a ter o reatamento do PPCS nessas instâncias de governo.

Nesta etapa, as ações incluem:

- a. Promover eventos regionais para discussão sobre as metas do PPCS em suas prioridades, de acordo com as especificidades de cada região;
- b. Realizar Conferência Nacional de Meio Ambiente sobre PCS em 2013.

Muitas das iniciativas que se inserem no PPCS não estão sob a jurisdição única ou particular do MMA, necessitando, pois, para seu sucesso, sustentar-se numa estratégia de articulação permanente com os demais ministérios e órgãos de governo, com o executivo e o legislativo, com as três esferas de governo definidas no pacto federativo, e com os diversos setores do empresariado e da sociedade civil organizada.

5. Metas Síntese do Primeiro Ciclo de Implementação

O PPCS terá como *macrometa* neste primeiro ciclo dobrar o percentual de consumidores conscientes identificado pela pesquisa do Instituto Akatu “Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro” de 2010: ou seja, subir de 5% para 10% o número de consumidores brasileiros considerados conscientes até 2014.

MACRO META² DO PPCS PARA 2014:

**AUMENTAR EM 100% O NÚMERO DE CONSUMIDORES CONSCIENTES
NO BRASIL COM BASE EM LEVANTAMENTO DE 2010**

As prioridades também terão *macrometas* para seus objetivos e ações estratégicas, além das metas parciais de ações específicas.

Para atingir os objetivos do PPCS no âmbito dos temas prioritários selecionados para o primeiro ciclo, o MMA estabeleceu metas em conjunto com parceiros dos setores envolvidos, com membros do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis e com órgãos de governo. Algumas das metas dos órgãos do governo federal adotadas pelo PPCS já constam do Plano Plurianual da Administração – PPA, para o período de 2012-2015, em análise pelo Congresso Nacional. Isto significa o compromisso da administração federal com esses resultados, muitos dos quais já com orçamento público vinculado.

PRIORIDADE	MACROMETA	PRAZO
1. Educação para o Consumo Sustentável	Aumentar o número de consumidores conscientes na classe C em pelo menos 50%	2014
2. Compras Públicas Sustentáveis	20 processos licitatórios com critérios de sustentabilidade na administração federal	2014
3. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P	Instituir em todos os órgãos da Administração Direta Pública Federal a Responsabilidade Socioambiental como estratégia permanente	2014
4. Aumento de Reciclagem de Resíduos Sólidos	1. 20% aumento da reciclagem no País até 2015 e 25% até 2020	2015 e 2020
5. Varejo Sustentável	1. Estimular que 50% do setor supermercadista incorporem práticas de PCS 2. Estimular práticas de PCS em outros dois segmentos do Varejo	2014
6. Construções Sustentáveis	Aumentar em 20% o desempenho ambiental das obras a partir de índice de sustentabilidade definido por indicadores de consumo de água, energia, geração de resíduos e compra responsável	2020 (Metas parciais a partir de 2012)

² Macrometas, ou metas síntese são as metas gerais para um objetivo maior, independentemente dos meios necessários para atingi-lo.

6. Metas e Ações

1. EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

O objetivo da Educação para o Consumo Sustentável é “garantir que as necessidades básicas da comunidade global sejam atendidas, que a qualidade de vida de todos seja melhorada, e que o uso ineficiente de recursos e a degradação ambiental sejam evitados” (PNUMA, 2011). Nesse sentido, um plano de produção e consumo sustentáveis não pode prescindir, em suas prioridades, de atribuir papel de destaque à educação. Seja por meio dos instrumentos que a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece, seja pelas novas ferramentas, como as digitais ou as conhecidas como “educomunicação”, a contribuição desse campo e de suas políticas ao PPCS são fundamentais. As ações previstas para o 1º Ciclo do PPCS, em Educação para o Consumo Sustentável, são:

1. Realização de campanhas nacionais anuais tratando de aspectos do consumo sustentável buscando a sensibilização do consumidor em geral. *Meta:* pelo menos uma campanha por ano nos grandes meios de comunicação;
2. Desenvolvimento de módulos de educação para o consumo sustentável, com a utilização de plataformas de educação à distância e diferentes mídias, destinadas ao público escolar e da educação não formal;
3. Publicação de materiais específicos sobre a temática da produção e consumo sustentável, tais como manuais, kits, etc, para apoiar processos continuados de formação de professores, gestores, e consumidores em geral. *Meta:* edição de 6 cadernos, com tiragem de 20.000 exemplares cada (120.000 exemplares distribuídos, além de disponibilidade para *download* no portal);
4. Realização de pesquisas sobre o comportamento do consumidor brasileiro de forma a tornar mais efetivas as políticas públicas orientadas para engajá-los no consumo sustentável. *Meta:* pelo menos uma por ano;
5. Definição de uma estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental para produção e consumo sustentável;
6. Criação de banco de melhores práticas em experiências de consumo sustentável;
7. Dar continuidade à iniciativa Edital de Curtas de Animação de 1 minuto – parceria entre o MMA e o MinC, que estimula a produção independente de curtas para veiculação nas TVs públicas e comerciais. *Meta:* produzir no período pelo menos 30 curtas que poderão integrar circuitos de divulgação já estabelecidos e novos.

2. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Além de adotar práticas de compras públicas sustentáveis no âmbito federal, espera-se que o governo lidere as iniciativas em apoio aos estados e municípios da federação, pois, o desafio maior é engajar os 27 estados brasileiros e mais de 5.500 municípios. As ações previstas para o 1º Ciclo do PPCS são:

1. Consolidar a base normativa de suporte às compras públicas sustentáveis (CPS), e converter as ações voluntárias em obrigatórias. *Meta:* editar Decreto com base na IN 01/2010 e estabelecer obrigatoriedade em pelo menos 30% de compras governamentais até 2014;
2. Assegurar que os mecanismos de suporte à realização de CPS, tais como cartilhas, portal, cadastro de fornecedores, registro de bens e serviços, etc., estejam disponíveis para os gestores públicos e mercado fornecedor;
3. Constituir um banco de dados de casos eêxitosos em CPS, registrar inovações que possam ser universalizadas, para os tomadores de decisão e gestores públicos;
4. Aumentar a oferta de fornecedores ligados às políticas de compras inclusivas, integradas a políticas sociais de governo, possam se beneficiar das compras públicas sustentáveis, participando do cadastro de fornecedores e dos processos de credenciamento;
5. Curso - Meta de capacitação de 3000 servidores por ano;
6. Realizar pesquisa nacional sobre o estado da arte em compras públicas sustentáveis.

3. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/A3P

A administração pública pode ser indutora de melhores práticas na sociedade não somente por meio das compras governamentais, mas também em suas atividades de gestão, sua estrutura capilar de órgãos públicos, sua massa de servidores, e a força do seu exemplo, com rebatimento e reflexos diversos em inúmeras dimensões concretas e simbólicas da vida social e econômica do País.

As ações previstas para a A3P no âmbito do PPCS são:

1. Ampliar o número atual, de 110 adesões formais com órgãos e entidades do governo federal, estadual e municipal, incluindo o judiciário e o legislativo. *Meta:* pelo menos 20 novas adesões anuais;
2. Realizar anualmente, por iniciativa do Executivo ou de seus parceiros, campanha nacional da A3P, com foco nos seus principais temas, buscando sempre a conexão com o atual PPCS;
3. Continuar a realização de um Fórum Anual da A3P, cada edição orientada para a otimização de esforços de outras linhas e ou programas do PPCS, como reciclagem e as compras sustentáveis;
4. Fortalecer e dobrar a Rede A3P, atualmente com 400 membros, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade e com publicação de boletim informativo - on-line - de periodicidade trimestral, buscando disseminar boas práticas e avanços nos temas do PPCS;
5. Continuar a promoção anual do Prêmio "Melhores Práticas em A3P";
6. Desenvolver indicadores e mecanismos de verificação dos avanços, de modo a contribuir com metas mensuráveis para a implementação do PPCS e da PNRs.

4. VAREJO SUSTENTÁVEL

Ações setoriais para o varejo sustentável vêm sendo desenvolvidas e implementadas, tais como os Pactos da Soja, Madeira e Carne, propostos pela iniciativa **Conexões Sustentáveis: São Paulo – Amazônia**. Pactos como esses não só têm impacto positivo no comportamento dos setores ao longo de toda cadeia produtiva, como se desdobram em efeitos igualmente virtuosos sobre os consumidores. Os impactos positivos se estendem ainda na contribuição ao cumprimento de metas que o Brasil assumiu de redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa. As ações de varejo sustentável previstas aqui são:

1. Melhorar o desempenho de suas operações nos pontos de venda (lojas ecoeficientes, redução de consumo de energia e água, reciclagem, etc). *Meta:* aumento do número de lojas ecoeficientes a definir com ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), a partir de base de 2011;
2. Contribuir para o aumento da oferta de produtos mais sustentáveis em quatro categorias: alimentos, utensílios, vestuário, limpeza e higiene. Meta a definir com os parceiros;
3. Dar continuidade, por meio do Pacto com a ABRAS, às campanhas de redução de sacolas para reduzir significativamente a utilização de sacolas plásticas para acondicionar alimentos ou transportar compras - com metas comuns de redução;
4. Aumentar o número de eco-pontos ou PEVs (pontos de entrega voluntária de embalagens e resíduos) em 100% sobre a base de 2010 até 2014;
5. Promover junto à cadeia de suprimentos e a seus colaboradores (funcionários) informação que aumente a disposição por parte dos mesmos em contribuir para a adoção de práticas compatíveis com a produção e o consumo sustentáveis;

6. Criar um sistema de avaliação com índices de progresso em PCS para estabelecer critérios e *benchmark* do setor varejista.

5. AUMENTO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As metas para aumento da reciclagem de resíduos sólidos, propostas no PPCS, dialogam com aquelas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

O PNRS estabeleceu as seguintes metas referentes à reciclagem:

- Manter os atuais patamares de geração de resíduos sólidos urbanos, tomando-se por referência o ano de 2008 (taxa média de 1,1kg/habitante/dia) com posterior redução;
- Redução em 70% do volume de resíduos recicláveis secos dispostos em aterros sanitários, com base na caracterização nacional em 2012.

O PNMC estabeleceu as seguintes metas para o aumento da reciclagem no País:

- Em 20% até 2015 e 25% até 2020.

As ações no âmbito do PPCS, realizadas pelo governo e pela sociedade como um todo favorecerão o atendimento dessas metas. Espera-se:

1. Adotar a meta do PNMC: aumentar a reciclagem no país em 20% até 2015 e 25% até 2020;
2. Estimular, por meio de instrumentos diversos, a criação de mercado para recicláveis;
3. Realizar ações de educação ambiental, especificamente voltadas à temática da coleta seletiva e da atuação dos catadores junto à população atendida, visando o fortalecimento da imagem do catador e a valorização de seu trabalho na comunidade;

4. Apoiar o alcance das metas do Programa Brasileiro de Eliminação de HCFCs - PBH, do MMA, por meio de parcerias com o setor privado;
5. Estimular o desenvolvimento de estudos e instrumentos de desoneração da cadeia para produtos que contenham materiais reciclados na sua composição;
6. Elaboração de materiais didáticos e campanhas dirigidas sobre os impactos da geração de resíduos sólidos, buscando sensibilizar para a importância da reciclagem.

6. CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

O setor da construção civil é um dos principais indutores deste ciclo de crescimento nacional. Sua cadeia produtiva, que inclui a construção de edificações, obras viárias e a construção pesada (obras de infraestrutura e plantas industriais), estende-se para dezenas de segmentos de fornecedores de matérias-primas, equipamentos, serviços e distribuição ligados à sua atividade. O setor representa 4,4% do PIB brasileiro e é responsável pela ocupação de cerca de 2 milhões de pessoas (trabalhadores formais)³.

Dentre as ações de construções sustentáveis em andamento no Governo, destacam-se o Programa Minha Casa Minha Vida – com financiamento em condições mais favoráveis para instalação de aquecimento solar de água nas casas populares, o Projeto **Esplanada Sustentável** – que modernizará os antigos prédios da Esplanada dos Ministérios e seus equipamentos, e o Programa Nacional de Eficiência em Edificações – PROCEL EDIFICA, um programa voluntário de etiquetagem de eficiência energética em edifícios públicos e comerciais.

Estão previstas as seguintes ações em Construções Sustentáveis:

1. Apoiar o desenvolvimento da indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e a normatização dos produtos reciclados;
2. Fomentar o desenvolvimento de programas de etiquetagem para construção sustentável conforme o modelo PROCEL MME/MMA;
3. Apoiar em parceria com a CBIC os programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: *ecodesign* e arquitetura amiga do meio ambiente; eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade e de resíduos e conservação ambiental;
4. Elaborar manuais que mostrem os impactos das escolhas de construções pelo consumidor, seja em novas construções, seja em reformas, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto sócio-ambiental;
5. Incentivar o uso, por meio de linhas de crédito, financiamento e subsídios, em edifícios e residências – prioritariamente em habitações de interesse social e obras públicas, de sistemas de aproveitamento da energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica; da energia eólica e outras formas de energia renováveis, de modo a disseminar a cultura da conservação de energia e do aproveitamento apropriado segundo a característica do imóvel e da região.

³ IBGE, Contas Nacionais – ano base 2009.

7. Ações em curso em 2011

1. Educação para o Consumo Sustentável			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Campanha "Saco é um Saco"	MMA e diversos parceiros	Ações de Parceria	Reduzir o consumo nacional de sacolas plásticas em 50% até 2014
Campanha "Vamos tirar o planeta do sufoco"	MMA, APAS, ABRAS	Ações de Parceria	Implementar a campanha em 4 estados brasileiros até o final de 2013
Cursos Online Gratuitos em Sustentabilidade	Walmart e FGV Online	Iniciativas Voluntárias	60.000 pessoas treinadas até 2014
Caderno de Consumo Sustentável – Volume 1 – Reciclagem	MMA e CEMPRE	Ações de Parceria	20.000 exemplares distribuídos até 2013
Pesquisa "O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente"	MMA, Walmart, Unilever, Pepsico, PNUMA	Ações de Parceria	Realização e publicação da pesquisa em 2012
Inserção de programas de Educação Ambiental em Planos do Ministério do Meio Ambiente	DEA - MMA	Ações Governamentais	Inserir programas de Educação Ambiental no Plano Nacional de Agrobiodiversidade e no Plano Nacional de Mudanças Climáticas
Contratação de consultoria para elaboração da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental	DEA - MMA	Ações Governamentais	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental elaborada até agosto de 2012

2. Compras Públicas Sustentáveis			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Curso de CPS em EAD	MPOG	Ações Governamentais	3000 gestores capacitados até 2012
Portal Compras Públicas Sustentáveis – www.cpsustentaveis.gov.br	MPOG	Ações Governamentais	Portal continuamente atualizado
Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	MMA, MDA, MDS, CONAB	Ações Governamentais	Erradicar a extrema pobreza da sociobiodiversidade em 50 mil famílias extrativistas com renda abaixo de R\$ 70,00/mês per capita
Pagamento de Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade - PGPM-Bio	MMA, MDA, MDS, CONAB	Ações Governamentais	Não há metas listadas

3. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Articulação da A3P/MMA com órgãos públicos para novas adesões	A3P / MMA	Ações Governamentais	60 novas adesões até 2014
6º Fórum da A3P - Contratações Públicas e Construções Sustentáveis (2011)	A3P / MMA	Ações Governamentais	03 Eventos
Ação continuada já em curso	A3P / MMA	Ações Governamentais	Ação continuada
3ª Edição do Prêmio "Melhores práticas em A3P" (2011)	A3P / MMA	Ações Governamentais	03 Eventos de Premiação

4. Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Campanha "Separe o Lixo e Acerte na Lata"	MMA, MDS, SECOM-PR	Ações de Parceria	Não há metas
Programa Brasileiro de Eliminação de HCFCs – PBH	MMA	Ações Governamentais	1 - congelamento do consumo e produção dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010; 2 - redução de 10% do consumo em 2015, 35% em 2020, 67,5% em 2025, 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040

4. Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Pacto das Conservadoras	MMA, Unilever, Coca-Cola, Metalfrío	Pactos Setoriais	1 - Substituição dos gases HFC por gases naturais: 20% das conservadoras até 2012, 35% até final de 2014, 50% até 2016, 65% até 2018, e 80% até 2020;
			2 - Reutilização e/ou reciclagem dos componentes ao final da vida útil da conservadora: 20% até 2013, 35% até 2015, 50% até 2017, 70% até 2019 e 100% até 2021
Regulamentação da Lei nº 12.305/2010	Governo Federal	Ações Governamentais	A Lei nº 12.375/2010 estabelece o crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos recicláveis utilizados como matéria-prima, adquiridos diretamente de cooperativas de catadores
Campanha “Saco é um Saco”	MMA e diversos parceiros	Ações de Parceria	Redução do consumo nacional de sacolas plásticas em 50% até 2014
Caderno de Consumo Sustentável – Volume 1 – Reciclagem	MMA e CEMPRE	Ações de Parceria	20.000 exemplares distribuídos até 2013
Campanha “Separe o lixo e acerte na lata”	MMA, MDS, SECOM	Ações de Parceria	Sem metas
LevPET - sistema de destinação adequada do pet - Portal com a localização dos pontos de entrega de embalagens pet pós-consumo	ABIPET	Iniciativas Voluntárias	Informativo, sem metas
Programa Resíduos Sólidos	MMA	Ações Governamentais	1 - Apoio a 100 municípios para implantação de programas de coleta seletiva;
			2 - Capacitar e fortalecer a participação na coleta seletiva de 60 mil catadores;
			3 - Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos

4. Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Programa Resíduos Sólidos	MMA	Ações Governamentais	4 - Fomento e fortalecimento de 500 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem;
			5 - Incrementar 100 redes de comercialização de materiais recicláveis coletados pelas associações de catadores;
			6 - Viabilizar infraestrutura para 280 mil catadores;
			7 - 8 Acordos Setoriais de logística reversa em cadeias produtivas implementados;
			8 - Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada;
Programa Resíduos Sólidos	MMA	Ações Governamentais	7 - 8 Acordos Setoriais de logística reversa em cadeias produtivas implementados;
			8 - Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada;
			9 - Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país;
			10 - Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado
			2 - Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final

5. Varejo Sustentável			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Sustentabilidade Ponta-a-Ponta	Walmart	Iniciativas Voluntárias	Realizar o programa em 2012 com 15 produtos
Clube dos Produtores	Walmart	Iniciativas Voluntárias	1 - Duplicar o número de fornecedores até 2015;
			2 - Ampliar em 15.000 o número de famílias atendidas pelo Clube até 2015;
			3 - Ampliar em 15% a renda dos agricultores participantes do Clube até 2015;
			4 - Reduzir em 20% as perdas de alimentos nas lojas
Compromisso com a Natureza	Pão de Açúcar	Iniciativas Voluntárias	Aumentar em 30% a linha de orgânicos até o final de 2012
Programa de Biodiversidade	MMA	Ações Governamentais	1 - Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional;
			2 - Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado
Programa Segurança Alimentar e Nutricional	MDS	Ações Governamentais	Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas
Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	MMA	Ações Governamentais	1 - Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável;
			2 - Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura e carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental;
			3 - Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar;

5. Varejo Sustentável			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	MMA	Ações Governamentais	4 - Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais
Lojas Ecoeficientes	Walmart	Iniciativas Voluntárias	1 - 100% das novas lojas ecoeficientes
			2 - Redução de 25% no consumo de energia em todas as novas lojas ecoeficientes;
			3 - Redução de 30% da emissão de GEE em todas as novas lojas ecoeficientes
Redução do consumo de sacolas plásticas	Walmart	Iniciativas Voluntárias	Redução em 50% das unidades consumidas em 2007, até 2013
Projeto Estações de Reciclagem	Walmart	Iniciativas Voluntárias	PEVs (Pontos de entrega voluntário) disponíveis em 80% dos hipermercados da empresa situados nas cidades sedes da Copa do Mundo 2014, até 2014
Programa Impacto Zero	Walmart	Iniciativas Voluntárias	Redução em 95% das toneladas de resíduos produzidos pelas lojas até 2020
Programa Por um Planeta mais Limpo	Unilever	Iniciativas Voluntárias	1 - Inclusão da simbologia do descarte seletivo em 1000 produtos/embalagens por ano, em nível nacional;
			2 - Inclusão da simbologia técnica de identificação de materiais em 300 produtos/embalagens por ano
Eliminação das Sacolas Plásticas	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	Reduzir em 100% o número de sacolas plásticas nas lojas Carrefour até 2014
Estações de reciclagem e campanhas de reciclagem	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	Disponibilizar PEVs em 100% das lojas até 2012
Coleta de óleo cozinha	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	100% de lojas que colem óleo de cozinha até 2012
Projeto "Parceria que alimenta"	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	100% de lojas com parcerias com bancos de alimentos locais até 2014

5. Varejo Sustentável			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Compromisso com a Natureza	Pão de Açúcar	Iniciativas Voluntárias	1 - Gestão integrada dos resíduos em 22% das suas lojas até o final de 2012;
Compromisso com a Natureza	Pão de Açúcar	Iniciativas Voluntárias	2 - Implantação de Estações de Reciclagem, Caixa Verde e o Programa Alô Recicle em 100% das lojas Pão de Açúcar; 3 - Estender a iniciativa para todas as lojas Pão de Açúcar, eliminando em 100% a distribuição gratuita de sacolas plásticas na frente de caixa até o final de 2012
Carbono Neutro	Natura	Iniciativas Voluntárias	1 - Economia de água em 46,1 milhões de litros até 2013; 2 - Economia de plástico em 818 toneladas até 2013; 3 - Economia de CO2 em 1228 toneladas até 2013
Pacto Simbologia do Descarte Seletivo	MMA e ABRE	Pactos Setoriais	1 - Inclusão da simbologia técnica do descarte seletivo em 1.000 produtos/embalagens ano em nível nacional 2 - Inclusão da simbologia técnica de identificação de materiais em 300 produtos/embalagens ano
Pacto das conservadoras	MMA, Unilever, Coca-Cola, Metalfrío	Pactos Setoriais	1 - Substituição dos gases HFC por gases naturais: 20% das conservadoras até 2012, 35% até final de 2014, 50% até 2016, 65% até 2018, e 80% até 2020; 2 - Reutilização e/ou reciclagem dos componentes ao final da vida útil da conservadora: 20% até 2013, 35% até 2015, 50% até 2017, 70% até 2019 e 100% até 2021
Garantia de Origem	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	Aumentar em 20% as vendas de produtos Garantia de Origem
Autodiagnóstico dos fornecedores	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	100% dos fornecedores de Marca Própria usando a ferramenta até 2012
Educação de funcionários para a Sustentabilidade	Walmart	Iniciativas Voluntárias	1 - 95% de funcionários treinados por ano (cursos iniciais ou de reciclagem); 2 - 75% de funcionários com Projetos Pessoais de Sustentabilidade por ano

5. Varejo Sustentável			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Conservadoras Kibon - Substituição do Gás Refrigerante	Unilever	Iniciativas Voluntárias	70% de participação de conservadoras com gás do tipo HC (hidrocarbonetos) até 2013
Compromisso com a Natureza	Pão de Açúcar	Iniciativas Voluntárias	1 - Expandir as iniciativas verdes para todas as lojas da rede
			2 - Reduzir em 25% o consumo de água nas novas lojas e em 8% o de energia elétrica, e aumentar em 10,75% a utilização de energia renovável até o final de 2012
Comunicação sobre Consumo Consciente nos Pontos de Venda	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	2 campanhas de consumo consciente por ano
Lojas Ecoeficientes	Walmart	Iniciativas Voluntárias	100% das novas lojas serão ecoeficientes
Programa Carbono Neutro	Natura	Iniciativas Voluntárias	1 - Redução da Emissão Relativa de Gases do Efeito Estufa em 33% entre 2006 e 2013;
			2 - Redução da Emissão Absoluta de Gases do Efeito Estufa em 10% entre 2008 e 2012
Compromisso com a Natureza	Pão de Açúcar	Iniciativas Voluntárias	Diminuir em 10% a quantidade de CO2 e outros gases aceleradores do efeito estufa em sua operação
Autodiagnóstico dos fornecedores	Carrefour	Iniciativas Voluntárias	100% dos fornecedores de Marca Própria usando a ferramenta até 2012
Mecanismo de monitoramento da performance			Metas específicas para cada indicador corporativo

6. Construções Sustentáveis			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Iniciativas de Sustentabilidade na Cadeia Produtiva da Indústria da Construção – CPIC	CBIC	Iniciativas Voluntárias	1 - Realização de 10 eventos nas regiões do país, 5 eventos para os fornecedores de materiais e serviços da CPIC e 5 eventos para as Construtoras e Sinduscons;
			2 - Capacitação no programa SENAI para redução de desperdício e coleta seletiva – inclusão de módulo de 10h nos cursos do SENAI - 120 mil alunos/ano

6. Construções Sustentáveis			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Publicação da Cartilha “Construções e reformas particulares e sustentáveis”	MMA e BASF	Ações de Parceria	Distribuição de 100 mil exemplares nos pontos de venda das tintas Suvinil em todo país até 2013
Iniciativas de Sustentabilidade na Cadeia Produtiva da Indústria da Construção – CPIC	CBIC	Iniciativas Voluntárias	Até 2013, distribuição de 15 mil Guias de Compra Responsável impressas para construtoras, Sinduscons e fornecedores do setor no país. Expectativa de 5 mil downloads do documento
Linha de crédito para P+L - para empresas que queiram trocar seus equipamentos por outros mais ecoeficientes	CAIXA	Ações Governamentais	Sem metas
Eficiência Energética - financiamento de sistemas de aquecimento solar para pessoas físicas			Sem metas
Selo Casa Azul CAIXA			Sem metas
Financiamento a Projetos de Eficiência Energética - PROESCO	BNDES	Ações Governamentais	Sem metas
Programa Água Brasil	BB	Ações Governamentais	Sem metas
Pacto Setorial Iniciativas de Sustentabilidade na Cadeia Produtiva da Indústria da Construção – CPIC (MMA e CBIC) – Capacitação no programa SENAI para redução de desperdício e coleta seletiva	CBIC	Iniciativas Voluntárias	Incluir conteúdo com os temas redução de desperdício de água, energia e materiais, e coleta seletiva nos canteiros de obras (10h) nos cursos do programa SENAI e incluir abordagem da transversalidade desses assuntos nos outros módulos dos cursos - 120 mil alunos/ano
Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos	Ministério dos Esportes	Ações Governamentais	Financiar a construção e reforma das arenas da Copa 2014, com observância à critérios de sustentabilidade ambiental e de adequação do entorno, no âmbito do BNDES Procopa Arenas

6. Construções Sustentáveis			
Ações já em curso	Responsável	Tipo	Metas
Termo de referência do Concurso Internacional para o Plano Geral Urbanístico (Master Plan) do Parque Olímpico e Paraolímpico Rio 2016 respeitando a diretriz de Sustentabilidade	Governo do Rio de Janeiro	Ações Governamentais	• Promover a redução da geração de resíduos de construção;
			• Maximizar as possibilidades de reuso e reciclagem de materiais para a construção e provenientes da demolição;
			• Promover o uso prioritário de materiais de menor impacto ambiental e que viabilizem a inserção sócio-econômica do projeto no contexto local, regional e nacional;
			• Minimizar a geração de resíduos, nas soluções de infra-estrutura, espaços externos e edifícios



8. Monitoramento

O monitoramento será realizado por meio de alguns mecanismos que visam fornecer neste primeiro ciclo de implementação (2011-2014) bases para futuras projeções de metas mais ambiciosas e de quantitativos mais realistas.

O reconhecimento desta lacuna impõe aos gestores do PPCS a constituição imediata de uma força-tarefa (FT) a fim de criar os procedimentos para que uma base de dados e uma grade de indicadores possam ser elaborados. O projeto de cooperação com o PNUMA prevê os meios e recursos para o alcance de tal objetivo.

Dentre os mecanismos selecionados, estão:

- 1. Pactos Setoriais - Relatório Anual** – com o relato sobre o progresso do atingimento da meta, não importando o período (se mais longo que um ano) estabelecido para o cumprimento.
- 2. Iniciativas Voluntárias:** relatadas pelo proponente - em relatório específico - ou mediante a comprovação atestada pelo **Relatório de Sustentabilidade** onde a ação se encontra descrita e quantificada quanto aos seus resultados.
- 3. Relatório Anual do PPCS** - a ser apresentado no Fórum Anual do PPCS a ser instituído a partir de 2012 após sua validação junto ao Comitê Gestor.
- 4. Preenchimento on-line de cadastro** dos dados de progresso das ações estratégicas eleitas para serem implementadas a cada ano, cadastradas no Portal do PPCS, disponível continuamente para atualização por parte dos atores envolvidos e dos gestores responsáveis.
- 5. Requerimentos de Informação** - solicitados por qualquer membro do Comitê Gestor, parceiro ou outra organização governamental ou não governamental que busque obter maiores informações sobre quaisquer ações cadastradas no Plano de Ação.

Para maior transparência, conectar os atores envolvidos e manter o monitoramento continuamente disponível aos interessados, o Portal do PPCS, a cargo do MMA será atualizado semanalmente.

9. Conclusões e Próximos Passos

Dentro de um marco conceitual moderno e totalmente afinado com o princípio da participação e colaboração que vem marcando a produção dos demais planos que almejam alcançar metas que levem ao desenvolvimento sustentável, o PPCS terá o tamanho e a qualidade que a sociedade brasileira decidir que são desejáveis. A preocupação em discutir com a base da sociedade e levar ao engajamento das municipalidades e das autoridades locais está expressa no compromisso de realizar a Conferência Nacional de Meio Ambiente, sobre este tema em 2013. No caminho, antes disso, teremos profícuos e instigantes

debates, quem sabe resoluções, que poderão advir da Rio + 20. O PPCS é uma obra em progresso e deverá refletir os avanços e decisões coletivas da sociedade brasileira.

Com um olhar mais à frente, não podemos deixar de mencionar a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). São megaeventos, de grande impacto na opinião pública e vão acontecer em 12 capitais brasileiras. Pelo montante de recursos envolvidos e pela agenda positiva que trazem, são uma oportunidade imperdível para se incrementar ações exemplares e modeladoras de novos comportamentos, sem contar os aportes significativos de novos materiais e novas tecnologias que são transferidas pela cooperação internacional - e que já atuaram nos eventos anteriores em outros países.

Neste sentido, fica aqui apontado um passo importante para o PPCS dar no futuro próximo: uma aproximação maior com o Ministério dos Esportes e com as instâncias de formulação da chamada Copa Verde e das Olimpíadas Verdes, a fim de aproximar mais este conjunto de iniciativas com os objetivos do PPCS.

Outra relevante estratégia futura é articular uma série de apresentações públicas do Plano de modo a torná-

lo conhecido em todo o território nacional. Também apontamos entre os próximos passos a necessidade de discutir o Plano e suas implicações com o Parlamento (Câmara e Senado), lembrando que muitas de suas ações dependem de um esforço legislativo.

Não podemos descuidar de elaborar um plano de divulgação que leve em conta os modernos meios de comunicação e as mídias sociais, adequando as mensagens e conceitos do Plano aos vários públicos possíveis, além dos tradicionais formadores de opinião.

Por fim, é preciso considerar algumas tendências de produção/serviços e consumo que ganham cada vez mais novos contornos, rompendo com paradigmas tradicionais. Fazemos referência, por exemplo, ao chamado comércio justo, ao e-comércio (praticado na internet) e ao consumo colaborativo, ou compartilhado.

Mudanças fascinantes estão assomando à nossa frente. Que sejamos capazes de compreendê-las e empreendê-las, melhorando ainda mais os objetivos generosos deste Plano.

